

**MENINOS E MENINAS ESTUDANDO JUNTOS: OS DEBATES SOBRE AS CLASSES MISTAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: (1890/1930)<sup>i</sup>**

Jane Soares de Almeida  
Universidade de Sorocaba

**RESUMO**

Após a República, as propostas das classes mistas vindas dos setores progressistas no cenário educacional brasileiro significavam um ideal de igualdade sexual pela via escolar e uma medida de economia do Estado quanto à educação popular. Defendida pelos liberais republicanos e protestantes norte-americanos, que vieram nas missões evangelizadoras, era objeto de repúdio da Igreja Católica e dos conservadores apegados às tradições, que viam nessa prática educacional uma ameaça ao *status quo* vigente, temendo a excessiva modernização de costumes e perda de controle do sexo feminino. Na propalada necessidade de se introduzir o sistema de classes mistas nas escolas, defendido por feministas e republicanos, as diferenças naturais eram impeditivas para a implantação do regime coeducativo por ser um procedimento de fundo moral, reforçado em sua essência pelo ponto de vista da Igreja católica.

Palavras-chave: Coeducação; Educação feminina; Classes mistas.

**BOYS AND GIRLS STUDING TOGETHER: DEBATS ON MIXED CLASSES IN THE BRAZILIANS SCHOOLS (1890/1930)****ABSTRACT**

After the Republic, the mixes classes proposals from progressive sectors in the Brazilian educational scenario meant an ideal of sexual equality through schools and a measure of the State's economy as for popular education. Championed by liberal republicans and north-american protestants, who came in the evangelizing missions, it was object of abhorrence of the Catholic Church and the conservatives cling to the traditions, who saw on mixed-sex education a threat to the status quo, fearing the excessive modernization of customs and loss of female control. In the much-publicized need to introduce the system of mixed classes in schools, championed by feminists and republicans, the differences were natural impediment to the implementation of the coeducation scheme for being a moral background procedure, reinforced in its essence by the point of view of the Catholic Church.

Keywords: Coeducation; Female education; Mix Classes.

No sistema de ensino brasileiro, no fim do século XIX e nos anos iniciais do século XX, as premissas positivistas e católicas atribuíam a homens e mulheres, características físicas, psicológicas, intelectuais e emocionais diferenciadas. As normatizações vigentes desenvolveram determinados tipos de homens e mulheres segundo sua natureza biológica, fazendo-os intérpretes dessa natureza e a transferindo para o social. Não se considerava a maleabilidade humana, as relações de poder, as relações de gênero, nem que o meio cultural era o fator decisivo acerca das diferenças sexuais. Instalava-se uma ambiguidade

de ordem moral e de fundo religioso, que determinava ao sexo feminino as funções sociais relacionadas ao ato biológico da reprodução. As mulheres eram incentivadas a serem mães e para isso convergia sua educação.

Na esfera educativa, as propostas de ensino diferenciado se traduziam numa duplicidade: expressava-se a aspiração social de se juntar homens e mulheres por toda a vida pelo matrimônio católico, compartilhar os espaços da sociabilidade e do lazer, mas não poderiam ficar juntos nas escolas.

As propostas coeducativas, inspiradas nos métodos adotados nas escolas protestantes visavam mantê-los juntos desde a escola, para poderem construir futuramente um destino comum. Os norte-americanos defendiam que a educação escolar não fosse excludente, dado que as meninas possuíam o direito de obter conhecimentos próprios do mundo público, transmitidos apenas aos meninos e os preparando para atuar nesse espaço desde a mais tenra idade. Essa prática visava estabelecer a igualdade de gênero reivindicada pelos primeiros movimentos feministas, segundo o qual, esta se processaria no ato educativo a partir dos primeiros anos escolares.

Com a proximidade da República e a disseminação de ideais igualitários, o velho conceito de mundos separados para os dois sexos ainda vigorava no panorama educacional. Os defensores da educação pública insistiam na aplicação do regime coeducativo por meio das classes mistas nas escolas primárias, secundárias e normais, apontando-lhe os méritos e as conveniências. Essas conveniências eram em relação ao Estado, aos pais e aos próprios alunos, segundo as quais a frequência nas escolas mistas produziria um estímulo apreciável para a convivência entre os sexos quanto aos costumes e maneiras. As relações de alteridade seriam estimuladas e se eliminaria o abismo de gênero que havia se edificado entre os dois sexos por conta de uma visão excludente quanto à educação feminina:

Não posso em verdade assegurar que em todas as matérias o aproveitamento das alumnas seja inteiramente igual ao dos alumnos; mas é certo que ellas vencem as dificuldades, e não foi preciso ainda modificar, em favor das moças, o programma, que aliás contém muitas materias, pelo qual estudam os rapazes. (CAVALCANTI, 1884, p.10).

Outros argumentavam que a beleza e a sedução do sexo feminino seria uma constante tentação no ambiente escolar. Ao inserir nos escassos debates o padrão sexual, entendia-se que para as meninas, por serem intelectualmente diferentes, o excesso de instrução poderia prejudicar seu natural voltado mais para emoção do que para os dotes de inteligência. Destinadas que eram para a maternidade, deveriam ser poupadas para não prejudicar a saúde dos futuros filhos e nisso se incluía a parcimônia cognitiva.

A reforma do ensino de 1886, mesmo propondo uma educação religiosa facultativa, coerente com os princípios da não ingerência da Igreja nos assuntos do Estado, revelava que a mentalidade vigente sobre as expectativas sociais quanto ao sexo feminino continuavam atreladas às fronteiras do universo doméstico:

nas escolas do sexo feminino haverá mais: no primeiro grau, costura simples; no segundo grau, costura e crochê, corte sobre moldes e trabalhos diversos sobre agulha, bordados úteis e economia doméstica”. (MOACYR, 1942, p. 61).

Esperava-se que as futuras professoras aprendessem aquilo que iriam desempenhar no lar - as prendas domésticas - o que impunha um paradoxo: se, de acordo com a ideologia de destinar as mulheres ao ensino de crianças, essas professoras fossem lecionar em classes mistas, haveria um problema de difícil solução a respeito do que ensinar para os meninos, embora, posteriormente, isso fosse revisto.

Se no Ensino Primário, as classes mistas eram vistas com maior complacência, o mesmo não se dava nas Escolas Normais, que rapidamente estavam recebendo grande contingente de alunas. Nesses cursos mistos, as jovens aprenderiam os mesmos conteúdos destinados aos rapazes. Para seus defensores, justificava-se que iriam ensinar em classes masculinas, contrapondo-se e minimizando, em nome da necessidade de formar quadros profissionais para a educação escolar que se expandia, a nocividade dessa prática anunciada pelos defensores dos costumes conservadores paulistas.

O Seminário das Educandas em São Paulo, criado em 1876 e destinado a educar as órfãs sem dote, abriu um curso de formação de professoras que mais tarde foi fechado por falta de verbas. Alguns anos depois se instituíram classes mistas, com bancos separados para alunos e alunas e no curso preparatório anexo havia duas seções, masculina e feminina, sendo que na classe das meninas somente poderiam lecionar professoras. (RODRIGUES, 1962, p.158).

A escola-modelo anexa à Escola Normal, após a Reforma instituída em 1890, por Caetano de Campos, reduto onde os futuros professores faziam seus exercícios práticos de ensino, era dividida em escola-modelo para o sexo feminino e escola-modelo para o sexo masculino:

a escola de aplicação foi estabelecida para esse fim em um largo plano. Em primeiro lugar, foram contratadas duas professoras, largamente reputadas, nas práticas de ensino elementar do primeiro grau, as quais haviam adquirido longa prática do magistério nos Estados Unidos. Sendo dupla a escola de aplicação, em virtude da separação dos sexos, cada uma dessas professoras dirige uma escola.” (REIS FILHO, 1981, p.80).

Rangel Pestana, o mentor intelectual da reforma de 1890 no Estado de São Paulo e o reformista Caetano de Campos eram grandes admiradores dos norte-americanos e do seu sistema educacional. Pestana reconhecia a igualdade intelectual entre os sexos, é de se admirar, pois, que tivessem mantido salas de aula separadas nas escolas normais e escolas-modelo. É possível que tivessem as mesmas dúvidas de Rui Barbosa quanto à aplicabilidade da coeducação no sistema de ensino brasileiro em vista dos costumes morais da população. Liberais convictos não se aliavam nem se curvavam aos ditames da Igreja Católica, mas mantiveram as classes separadas, o que evidencia a força ideológica da moral e da religiosidade se imiscuindo nas questões estatais.

### **Catolicismo e Coeducação**

O movimento feminista dos anos iniciais do século XX nos países europeus e norte-americanos defendeu ensino não diferenciado para meninos e meninas, porém, a coeducação dos sexos foi uma prática que se divulgou mais rapidamente após a segunda guerra mundial. No período pós-guerra, as reivindicações das feministas se concentraram no repúdio à educação diferente para meninos e meninas, que se evidenciava, em especial, na distinção de currículos, prática que se originava na crença que as mulheres possuíam menos habilidades intelectuais do que os homens, o que justificava um ensino pouco

abrangente e aprofundado, mais voltado para as questões domésticas do que preocupado em fornecer uma boa instrução. A coeducação, segundo essa perspectiva, referia-se mais propriamente a atender aos preceitos psicológicos, higiênicos e morais de cada sexo, do que em princípios de igualdade de direitos. Sua implantação nas escolas dos vários países ocidentais nunca garantiu maiores oportunidades para o sexo feminino no mundo social e do trabalho, assim como maior equidade na esfera do lar.

No período, os Estados Unidos erguiam-se como a nação mais representativa de progresso e liberalismo democrático; seu exemplo era apontado como sinônimo de país que se ergueu do caos de uma longa e sangrenta guerra civil e que foi reconstruído tendo por meta a liberdade. A nação brasileira estava ansiosa por introduzir inovações no seu sistema escolar, a exemplo dos norte-americanos, entre elas, educação igual para os dois sexos, defendidas por alguns segmentos. As escolas protestantes eram apontadas como progressistas, portanto não de é se estranhar que os missionários vindos da América tenham recebido apoio dos republicanos para instalar suas escolas e que estas tenham sido tomadas como exemplo para as reformas do ensino que teriam lugar após a proclamação da República.

Instaurou-se assim uma ambivalência a respeito de educar em conjunto os dois sexos: a defesa que os protestantes faziam da coeducação e o repúdio do catolicismo, derivado do ponto de vista moral e religioso.

As restrições católicas em colocar juntos na mesma classe meninos e meninas, ou moças e rapazes, estavam dirigidas às classes favorecidas. Quando se impunha a necessidade de estender a escolaridade para toda a população, fechavam-se os olhos quanto aos segmentos populares e se mantinha os dois sexos no mesmo recinto educacional, conforme a disponibilidade de espaço físico, investimentos financeiros e professores.

No Brasil, desde o século XIX, o sistema público de ensino contava com classes mistas, mais por força de circunstâncias econômicas, do que acatamento de ideais coeducativos. Nesse procedimento, se instaurava uma dicotomia e, posteriormente, o ideal republicano de apagar as diferenças sociais por meio da educação se viu esvaziado perante a urgência de escolas para a população e as dificuldades orçamentárias do Estado.

A resistência em educar conjuntamente meninos e meninas era um processo que atingia os católicos de todos os países. Nos Estados Unidos não havia escolas coeducacionais católicas, na França estas eram menosprezadas e em Portugal, a Igreja era veemente em separar os sexos nas escolas, o que era compartilhado nos meios intelectuais e pelas feministas do começo do século XX. (MEYLAN, 1904).

O surto de progresso que a Província de São Paulo atravessava com o processo de industrialização e urbanização, não alterou a situação do ponto de vista da imagética social e a mentalidade católica mantinha-se vinculada ao tradicionalismo. Educar as jovens, prioritariamente, era ensinar-lhes as prendas domésticas, religião e sociabilidade, procedimento válido para todas as camadas sociais e mesmo as filhas das oligarquias paulistas, que eram educadas por professoras estrangeiras ou em escolas particulares, não avançavam além no terreno educacional.

A oligarquia aliou-se ao catolicismo e aos limites traçados para o sexo feminino: a educação não poderia transpor o espaço doméstico e educar uma menina ou uma jovem era nela projetar seu futuro como esposa e mãe. Portanto, como aceitar a ideia de educar os dois sexos segundo objetivos em comum? Como não diferenciar na escola o caminho traçado futuramente para a vida? O conceito, do ponto de vista religioso católico, revelava-se inaceitável. O catolicismo conservador via na instrução feminina uma ameaça, não desejando para as jovens de família outro destino senão o casamento e a maternidade, expectativa compartilhada pelas próprias mulheres.

A Igreja Católica considerava a coeducação nociva e prejudicial para a boa formação cristã, atacando as bases onde esta se estruturava, isto é, sobre o naturalismo e a recusa ao pecado original, que legitimava a promiscuidade nessa indesejável associação dos sexos. Aceitava-se a educação de meninos e meninas em conformidade com os lugares nos quais esses casos seriam o menor mal. Com as devidas precauções, as escolas católicas poderiam adotar o sistema de ensinar os sexos em conjunto em casos de absoluta necessidade, adotando precauções e definindo normas rígidas a serem seguidas, para evitar perigos morais. Essa visão estava claramente expressa na Ata Apostólica de 1930, veiculada num momento histórico em que a sociedade demonstrava retomar valores católicos tradicionais com o ressurgimento do poder da Igreja.

As precauções, de acordo com a Ata Apostólica de 1930, eram que homens e mulheres religiosos e de postura superior poderiam julgar a necessidade da coeducação pela experiência moldada na religiosidade e amparada num disciplinamento proporcionado pela fé. Seus postulados defendiam que homens e mulheres religiosos raramente permitiriam o funcionamento de escolas mistas e somente em casos de extrema necessidade, devendo antes pedir permissão à sua Sagrada Congregação.

Na escolha dos professores deveriam se assegurar que estes contribuiriam efetivamente para a educação moral e religiosa de meninos e meninas, evitando uma familiaridade pouco edificante para sua educação moral, pois, o relacionamento dos sexos deveria ser pautado por procedimentos cristãos de moderação e modéstia, e supervisionados por pessoal responsável de acordo com as circunstâncias, local e o tempo. Dentre algumas objeções, deveria haver classes especiais separadas nas lições de biologia e anatomia, ou quando houvesse leituras sobre o comportamento e a psicologia do outro sexo, ou ainda se a cultura física ou os jogos estivessem envolvidos. Era imperioso que a religiosidade e o bom comportamento coexistissem, com o respeito no relacionamento mútuo. O único momento para o contato seria durante as manifestações da fé e o ensino da religiosidade, o que deveria ser feito com dignidade e moderação. (ACTA APOSTOLICAE SEDIS, 1930, p.21).

Nas décadas de 1930/40, um dos grandes detratores da coeducação foi o padre Leonel Franca ao abordar nos seus escritos os aspectos psicológicos, higiênicos e morais onde apontava o equívoco de se educar juntos seres tão diferentes. Ao tentar demonstrar as peculiaridades e as diversidades entre os dois sexos, utilizava-se de uma leitura androcêntrica, ao alocar às mulheres o desempenho de sua função natural, a maternidade, dado que ser mãe era “uma missão educadora, uma missão de caridade”. Esse argumento havia sido exaustivamente utilizado pelo pensamento católico do período com Pio XI em 1929 e Pio XII em 1943. Alceu Amoroso Lima, católico convicto, iria utilizar atributos essencialmente diferenciados para os sexos: o homem era revolucionário, autoritário, político, belicoso, heróico, inteligente e especulativo; a mulher era conformista, conservadora, teimosa, econômica, tenaz, paciente, servidora da vida, possuidora de inteligência prática e intuitiva. Essas disparidades não seriam consideradas na coeducação, motivo pela qual esta era antinatural, ao formar homens efeminados e mulheres masculinizadas, em inversões que seriam desastrosas para o equilíbrio social. (SOUZA, s/d.).

O padre Leonel Franca, ao se opor ao regime coeducativo, apelou para razões de ordem higiênica que visavam sexos diferentes, razões calcadas na maternidade para as mulheres e na paternidade para os homens, adotando os princípios do movimento higienista. Segundo ele, os anos iniciais da infância não apresentavam inconveniência de juntar meninos e meninas, mas na puberdade e adolescência isso devia ser repellido em vista da sexualidade. Para a conservação da saúde física da mulher e da futura prole, era

benéfico que a sociedade e o ambiente escolar mantivessem os sexos separados. Os motivos morais ancoravam-se no perigo de relaxamento dos costumes e na corrupção do caráter, também presentes nas exposições cinematográficas, nos romances, nos folhetins, nas fotos e no espaço das ruas. Os outros motivos apontavam para os problemas de convivência nas escolas, dado que os meninos possuíam mais poder e as meninas teriam mais a perder do que estes.

Esse tipo de pensamento do catolicismo imperou nas décadas seguintes enquanto a Igreja tentava recuperar seus espaços ideológicos. Na educação, sua expressão máxima foi na Reforma Capanema, quando a Lei Orgânica do Ensino Superior de 1942 indicou a organização do ensino em classes exclusivamente femininas. Adotaram-se as mesmas premissas dos maiores expoentes do Positivismo Brasileiro, como Teixeira Mendes, que nos anos iniciais do século XX repudiavam as classes mistas, reiterando o ideal tradicional que os sexos devem estar separados e que às mulheres competia o cuidado com o lar, marido e filhos, residindo nisso a verdadeira e principal missão feminina.

Após a República essa comparação continuou impregnando a imagética dos conservadores. Estes consideravam que colocar seres dos quais se esperava pureza, submissão e obediência, em contato com o sexo oposto, configurava-se numa quebra de todas as regras e valores sociais, o que não agradava aos católicos e, muito menos, à Igreja, principalmente se estavam envolvidas as filhas dos segmentos sociais que detinham o poder.

O Positivismo que advogou instrução igual para meninos e meninas não considerava que se atingiria esse objetivo pelo caminho da coeducação e seus adeptos sempre se manifestaram contrários a essa prática. A coeducação continuou durante algum tempo a ser um debate pouco intenso, restrito a alguns segmentos intelectuais. Quando as classes mistas, aos poucos, se tornaram uma realidade nas escolas públicas brasileiras, a maioria dos colégios católicos continuou com a tradição de educar os sexos em separado.

### **A coeducação na formação de educadores**

Na primeira década republicana, a necessidade de formar professores para lecionar nas escolas agrupadas que se expandiam na capital e no interior do Estado de São Paulo, fez com que os republicanos voltassem seus olhos para uma instituição capaz de fornecer os profissionais que o regime precisava.

A escola normal surgiu como uma iniciativa onde a questão da educação conjunta deveria ser amplamente debatida. Nesse nível de ensino não mais se discutiria apenas a educação de crianças, mas de jovens em idade de contrair matrimônio, o que duplicava o perigo moral e higiênico. Mesmo aqueles que militavam em favor da escola pública não viam com bons olhos um sistema único de ensino para moças e rapazes:

O conselheiro João Alfredo é contrário à reunião dos dois sexos na organização da Escola Normal. Não está de acordo com os nossos costumes e tem acarretado dificuldades para a boa ordem e disciplina escolar. Em notável documento do presidente ao inspetor geral há sugestões não levantadas ainda em relatórios oficiais; e entre elas a participação larga da mulher no ensino, e um verdadeiro programa de escolas-modelo abrangendo o jardim de crianças. (MOACYR, 1942, p.60)

Posicionar-se contra as classes mistas não tinha origem apenas na orientação religiosa, era também uma questão de costumes e disciplina escolar. A educação feminina, atrelada às fronteiras do universo doméstico, pregava que: “nas escolas do sexo feminino haverá mais: no primeiro grau, costura simples; no segundo grau, costura e crochê, corte sobre moldes e trabalhos diversos sobre agulha, bordados úteis e economia doméstica.” (MOACYR, 1942, p.61).

Esperava-se que as futuras professoras aprendessem aquilo que iriam desempenhar no lar, as prendas domésticas, o que impunha um paradoxo: de acordo com a ideologia de destinar as mulheres ao ensino de crianças, se essas professoras fossem lecionar em classes mistas haveria um problema de difícil solução sobre o que ensinar para os meninos, embora posteriormente isso fosse revisto.

A coeducação nas escolas normais permitiria que as jovens aprendessem os mesmos conteúdos destinados aos rapazes, já que também iriam ensinar em classes masculinas, defendiam os que apoiavam o sistema coeducativo, contrapondo-se e minimizando, em nome da necessidade de formar quadros profissionais para a educação escolar que se expandia, a nocividade dessa prática anunciada pelos defensores dos costumes paulistas tradicionais.

A escola-modelo anexa à Escola Normal, após a Reforma instituída em 1890, por Caetano de Campos, reduto onde os futuros professores fariam seus exercícios práticos de ensino, era dividida em escola-modelo para o sexo feminino e escola-modelo para o sexo masculino:

A escola de aplicação foi estabelecida para esse fim em um largo plano. Em primeiro lugar foram contratadas duas professoras, largamente reputadas nas práticas de ensino elementar do primeiro grau, as quais haviam adquirido longa prática do magistério nos Estados Unidos. Sendo dupla, a escola de aplicação, em virtude da separação dos sexos, cada uma dessas professoras dirige uma escola.” (REIS FILHO, 1981, p.80).

Essas escolas, criadas como um pilar para o desenvolvimento de um ensino de qualidade funcionavam em turmas separadas por sexo. Se pensarmos que Caetano de Campos, e Rangel Pestana, o mentor intelectual da reforma de 1890 eram grandes admiradores dos norte-americanos e do seu sistema educacional e que este último reconhecia a igualdade intelectual entre os sexos, é de se admirar que tivessem mantido salas de aula separadas nas escolas normais e escolas-modelo. É possível que tivessem as mesmas dúvidas de Rui Barbosa quanto à aplicabilidade da coeducação no sistema de ensino brasileiro em vista dos costumes morais da população. Liberais convictos, ambos não se aliavam nem se curvavam aos ditames da Igreja Católica, mas mantiveram as classes separadas, o que evidencia a força ideológica da moral e da religiosidade se imiscuindo nas questões estatais.

Apesar de nas primeiras décadas do século XX as mulheres terem conseguido um maior acesso à instrução, e posteriormente o direito ao voto e o ingresso no ensino superior, os ideais católicos e positivistas impregnaram a mentalidade brasileira durante muito tempo. Mesmo com as inovações trazidas pelos missionários protestantes, essa mentalidade tinha a força das tradições longamente herdadas e não mudou nos anos em devir.

A coeducação dos sexos, com seus princípios de propiciar a igualdade entre homens e mulheres num meio sócio-cultural androcêntrico, iria estabelecer um conflito com a destinação feminina, erigida desde primárias eras no culto à domesticidade. A

independência econômica das mulheres, obtida pelo desempenho de uma profissão e sua autonomia intelectual representada por uma educação igual à dos homens, significava a ruptura com acordos estabelecidos desde outros tempos e poderia ocasionar desordem social. Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Demasiados conhecimentos eram desnecessários, pois poderiam prejudicar a sua frágil constituição física e emocional, além de serem menores suas capacidades intelectuais. Nisso concordavam católicos brasileiros, não católicos e até mesmo as próprias mulheres, em vista da força desse imaginário no mundo social em que viviam. A população seguia as regras ditadas pelas elites, aprofundando o fosso que separava homens e mulheres.

A insistência da Igreja Católica ao se opor ao sistema, e o conservadorismo das elites, impuseram a separação dos sexos nas escolas privadas de orientação católica e nas públicas, sempre que isso fosse possível. As escolas públicas estabelecerem meninas e meninos estudando juntos, numa mesma sala de aula, mas separavam alguns conteúdos e atividades por conta de raciocínios sexistas, mantendo-se inalterada a ordem vigente na sociedade.

Os protestantes também não estavam convencidos da prudência de se implantar a coeducação num país com ideias tão arraigadas quanto à separação dos sexos. Durante os primeiros anos da criação dos colégios pelos missionários as classes mistas significavam um momento transitório, enquanto não se recebiam verbas para construção de classes separadas ou se aguardavam novas professoras.

Nas escolas normais públicas paulistas, a introdução das classes mistas não foi um ato pensado para promover a igualdade, mas uma atitude movida pela necessidade de economia de recursos humanos e materiais. Juntar os dois sexos nas mesmas classes, aprendendo os mesmos conteúdos desafiava valores solidamente arraigados.

O mesmo não acontecia na sociedade e as mulheres continuaram destinadas ao lar e à maternidade enquanto os homens se ocupavam das lides do espaço público. A cultura herdada dos colonizadores imprimiu raízes na sociedade brasileira quanto à definição dos papéis sexuais e em limitar a responsabilidade feminina às fronteiras domésticas. As ideias progressistas e libertárias dos protestantes norte-americanos, comungadas pelos republicanos não conseguiram romper com esse padrão.

A complexidade inserida nos debates coeducativos fez com que essa discussão não ultrapassasse o espaço da instituição escolar dado que as propostas coeducativas eram republicanas e, por consequência, de cunho liberal. A intolerância religiosa com as teses do liberalismo colocaram coeducação e religião católica como antípodas.

Até a metade do século XX a militância católica impôs sua vontade no cenário social e educacional, e as escolas e classes escolares se dividiram em masculinas e femininas, tanto no ensino público como no religioso. Paulatinamente isso foi revertido nas escolas mantidas pelo Estado, provavelmente por conta da economia de recursos públicos, mas as classes masculinas e femininas funcionaram nos colégios de orientação católica durante muito tempo.

### Referências

ACTA APOSTOLICAE SEDIS ACTA-1930. In: FRISON, B. *Co-education in the catholic schools*. ESTADOS UNIDOS.

CONFERÊNCIAS Populares da Freguesia da Glória no Rio de Janeiro, 1884, (microfilme). BRASIL.

MENDES, Teixeira. *A Mulher: sua preeminência social e moral segundo os ensinos da verdadeira ciência positiva*. Rio de Janeiro, Igreja do Apostolado Positivista do Brasil, 1958, 4ª ed. (1903).

MEYLAN, F. Th. *La coéducation des sexes: étude sur l'éducation supérieure des femmes aux Etats Unis*. Bonn, Charles Georgi, Imprimerie de l' Université, 1904.

MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo: primeira década republicana – 1890/1893*. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Cia Editora Nacional, 1942. (Brasiliense, vol.213).

RODRIGUES, Leda Maria P. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da República*. São Paulo, Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

REIS FILHO, Casimiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo, Cortez,

SOUZA, Cintia Pereira de. Os caminhos da educação masculina e feminina no debate entre católicos e liberais: a questão da co-educação dos sexos, anos 30 e 40. In: *Pesquisa Histórica: retratos da educação no Brasil*. UERJ, Rio de Janeiro, s/d.

---

<sup>i</sup> Trabalho decorrente de pesquisa financiada pelo CNPq na modalidade Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Recebido: out-13  
Aprovado: jul-14